

ARMAZENAGEM – OUTRO GARGALO DO ESCOAMENTO DE GRÃOS

As deficiências da rede de armazenagem aumentam a fragilidade do nosso sistema logístico como um todo, dificultam o aproveitamento das vantagens do transporte intermodal e comprometem a renda do produtor. Vale a máxima: “Armazenagem é a garantia de preço para os produtores”.

A nossa capacidade estática de armazenamento, pública e privada, registrada em outubro de 2008 pela CONAB, foi de 126,1 milhões de toneladas, sendo que a produção de soja, milho, arroz, trigo, açúcar e café de 2008 foi estimada em 164,2 milhões de toneladas. Se considerarmos que a capacidade estática de armazenamento ideal deve ser 20% superior à produção, verificamos que, mesmo desprezando outros fatores, a situação brasileira já não é confortável a esse respeito, pois acusa um déficit de armazenagem da ordem de 71 milhões de toneladas.

Outro problema é a desigualdade na distribuição espacial dos recursos de armazenagem. Enquanto as regiões Sul, Centro-Oeste e Sudeste concentram 92% da capacidade estática, as regiões Norte e Nordeste são extremamente carentes dessa infra-estrutura.

Além da carência de instalações, a armazenagem no país enfrenta também a deficiência da defasagem técnica, incluída aí a incompatibilidade do equipamento armazenador com as condições climáticas locais e com as especificidades de cada produto. Muitos armazéns são antigos e o cenário atual é de necessidade cada vez maior de segregação de produtos seja pela entrada dos transgênicos, seja pela crescente diversificação da qualidade do mesmo grão, com forte influência no preço de mercado, ou seja, ainda pelos crescentes exigências de certificação de produtos mais resistentes e de melhor performance.

Na verdade, o instrumento básico para a promoção do necessário processo de modernização já foi criado pelo Governo, e já é objeto de providências na esfera do MAPA: o Sistema Nacional de Certificação de Unidades Armazenadoras - Lei 9.973 de 2000 e Decreto 3.385 de 2001-, envolvendo normas e procedimentos de gestão, aí incluídos certificação de instalações e produtos e qualificação de pessoal. Mas, preocupa o fato de o Governo não ter concedido prioridade ao investimento público em armazenagem, deixando-o fora do PAC; e de não dispor de um plano que represente a declaração do compromisso que lhe cabe e que sirva de orientação à iniciativa privada. Por esse motivo, a ANUT, ainda no foro da CT LOG/MAPA, propôs e obteve a criação de um GT Temporário para estudar a arquitetura de um Sistema Nacional de Armazenagem de Grãos, a partir da definição de um modelo de divisão de responsabilidades entre o setor público e o setor privado.